

## CPI PROMOVE AUDIÊNCIA COM O ECONOMISTA DÉRCIO GARCIA MUNHOZ

Brasília, 25/11/2009

Boletim elaborado pela Auditoria Cidadã da Dívida - [www.divida-auditoriacidada.org.br](http://www.divida-auditoriacidada.org.br)

Hoje, a CPI promoveu Audiência Pública com o Economista Dércio Garcia Munhoz. A Audiência foi proposta por requerimento do Deputado Ivan Valente (PSOL/SP), autor da proposta de criação da CPI da Dívida.

O inteiro teor das Audiências da CPI está disponível em vídeo na página:

<http://www2.camara.gov.br/comissoes/temporarias53/cpi/cpidivi/reunioes.html>



*Na Audiência da CPI, Dércio Garcia Munhoz (economista), Dep. Virgílio Guimarães (PT-MG, presidente da CPI) e Dep. Pedro Fernandes (PTB-MA, Relator interino).*

*Foto: Brizza Cavalcante.*

### **ASSIBGE comparece em peso, com 50 pessoas**

Importantes entidades estiveram presentes acompanhando a audiência, mostrando que a sociedade está alerta e atuante, o que foi de fundamental importância para as discussões da CPI. A ASSIBGE - Sindicato Nacional dos Trabalhadores em Fundações Públicas Federais de Geografia e Estatística - esteve presente em peso, lotando a sala da CPI, com nada menos que 50 pessoas. Também se fizeram representados o IFC (Instituto de Fiscalização e Controle), a ANFIP (Associação Nacional dos Auditores-fiscais da Receita Federal do Brasil), a FASUBRA (Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras), o INESC (Instituto de Estudos Sócio-Econômicos) e a Auditoria Cidadã da Dívida.

### **Relator propõe sub-relatorias**

Inicialmente, o Presidente da CPI, Dep. Virgílio Guimarães (PT/MG), leu ofício do Relator, Pedro Novais (PMDB/MA), que não compareceu à reunião. Seu ofício pleiteava a formação de sub-relatorias com os seguintes temas e respectivos indicados: Dívida Interna (Relator indicado: Eduardo Valverde - PT/RO), Dívida Externa (Relatora indicada: Jô Moraes - PC do B/MG) e Dívida dos Estados e Municípios (Relator indicado: Márcio Reinaldo - PP/MG). Não foram explicitados os critérios utilizados para a escolha dos temas, nem para a indicação dos sub-relatores.

Parlamentares presentes questionaram esta decisão do Relator, sendo que os deputados Paulo Rubem Santiago (PDT/PE) e Ivan Valente (PSOL/SP) ressaltaram que a idéia das sub-relatorias foi proposta por eles desde o início da CPI, porém não foi acatada pelo Relator que somente agora, restando algumas semanas para o prazo

final da CPI, parece acatá-la, porém, escolhe sub-relatores que têm tido pouca ou nenhuma participação nas reuniões e nos requerimentos de informação. Foi expresso o entendimento de que o interesse do relator seria distribuir os trabalhos entre deputados da base do governo para apressar a elaboração de um Relatório Final. O Deputado Hugo Leal (PSC/RJ) também endossou as preocupações dos deputados, e o Relator interino, Pedro Fernandes (PTB/MA), defendeu que esta proposta do Relator Novais não fosse acatada, mas discutida em uma próxima reunião, o que foi então aceito por todos.

Foi visível o impacto provocado pela presença de grande número de representantes da sociedade civil ao evento, o que demonstra a importância da presença constante de todas as entidades no acompanhamento da CPI.

**ATENÇÃO: Na próxima reunião da CPI será discutido requerimento do presidente - Dep. Virgílio Guimarães - que propõe sua prorrogação. Além da aprovação na CPI, o requerimento terá que ser aprovado também pelo Plenário. Diante disso, estamos solicitando audiência com o presidente Michel Temer para tratar da prorrogação e avisaremos sobre possível agendamento. Reforçamos o chamamento a todas as entidades a estarem presentes, na reunião da CPI a ser realizada dia 2 de dezembro, quarta-feira, às 14:30h, no Plenário 4 do Corredor das Comissões.**

### **Requerimentos**

A CPI também discutiu os requerimentos de informação e de audiências, sendo que um deles, de autoria do Deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR), pleiteava que a CPI limitasse suas investigações somente a partir do ano de 1989, sob a justificativa de que a dívida já teria sido investigada pelas comissões anteriores do Parlamento, ocorridas nos anos 80. Este requerimento foi criticado pelo Deputado Ivan Valente (PSOL/SP), dado que muitos aspectos relevantes do endividamento não chegaram a ser analisados pelas comissões anteriores, cujas recomendações também não foram cumpridas. Caso a CPI se atenha ao período após 1989, todos os atos da ditadura ficariam impunes.

O deputado Alfredo Kaefer (PSDB/PR) retaliou manifestando-se contra a aprovação de todos os demais requerimentos de informação e de audiências do Deputado Ivan Valente. Como não havia quórum naquele momento, e qualquer deputado poderia pedir

verificação de presença (o que impediria qualquer votação), então nenhum requerimento foi votado.

Esta trava no andamento dos trabalhos deve ser debitada à atuação dos representantes dos partidos DEM/PSDB, bem como à omissão da base do governo, que detém maioria de parlamentares na comissão, mas encontrava-se ausente. Assim, é importante a presença da sociedade, a fim de constatar e denunciar esta manobra, marcando presença nas reuniões da CPI, como já vem ocorrendo.

#### **Exposição de Dércio Garcia Munhoz**

O Prof. Dércio Munhoz iniciou sua exposição fazendo uma retrospectiva histórica do endividamento, desde os anos 60. Na década de 70, as estatais foram levadas a tomar empréstimos externos, e na década de 80, após a grande alta unilateral dos juros internacionais, o Banco Central assumiu tais dívidas, além do endividamento externo do setor privado.



*Dércio Garcia Munhoz (economista), Dep. Virgílio Guimarães (PT-MG, presidente da CPI) e Dep. Pedro Fernandes (PTB-MA, Relator interino). Foto: Brizza Cavalcante.*

Professor Dércio também ressaltou que em 1992 foram retirados todos os controles sobre o fluxo de capitais de curto prazo, estimulando a especulação financeira, e que o Plano Real se baseou nisso para, por meio de altas taxas de juros internas, obter os dólares necessários ao financiamento das importações. Assim, aumentaram-se os pagamentos de juros, e para cobrir esse custo a carga tributária foi aumentada. Tal medida gerou perda para o poder de compra dos salários, visto que os tributos eram repassados ao preço dos produtos. Ao contrário de décadas anteriores, a dívida passou a ter indexação plena, ou seja, passou a ser reajustada por índices superiores à inflação, e assim passou a crescer.

Diferentemente de muitos outros países, que possuem taxas de juros próximas a 1% ao ano, o Brasil pratica juros de 9%, remunerando o capital especulativo, e fazendo a dívida explodir. Desta forma, Dércio propôs a redução dos custos financeiros da dívida e um controle sobre a autoridade monetária, ou seja, o Banco Central. Dércio denunciou que "O Ministério da Fazenda se tornou autônomo, atuando junto ao Banco Central". Ainda disse que é irracional a taxa de câmbio livre quando há um forte componente de especulação. A decisão institucional sobre a taxa de juros é tomada pelo COPOM (Comitê de Política Monetária). A Fazenda é mera coadjuvante.

Atualmente, o Banco Central (BC) passou a comprar grande quantidade de dólares, às custas de mais endividamento interno, a taxas de juros maiores que a Selic. Como a taxa de câmbio varia, o BC tem apresentado enormes prejuízos com a manutenção das reservas em dólares, que têm se desvalorizado. Outro aspecto é que, recentemente, o BC alterou a metodologia de seus balanços e passou a não registrar mais os prejuízos com a manutenção de reservas cambiais.

Finalmente, denunciou que a Medida Provisória 435/2008 permitiu que o Tesouro emitisse, sem limite algum, títulos para entregar ao Banco Central para o financiamento da compra destes dólares.

O Deputado Ivan Valente (PSOL/SP) se baseou na fala de Dércio para mostrar a importância de que esta CPI investigue o período anterior a 1989, e que o Banco Central não está enviando informações e documentos requeridos pela CPI. Enfatizou que a recente Medida Provisória 435/2008 foi aprovada contra o voto do PSOL, exatamente porque permitiu que o Tesouro fizesse mais dívida, sem limite algum.

O Deputado Paulo Rubem Santiago (PDT/PE) denunciou que a maioria dos títulos da dívida foram emitidos para rolar a própria dívida, e que o endividamento tem sido administrado como um dogma. Denunciou também a relação promíscua entre as autoridades monetárias e o mercado, e que o Brasil está acumulando o "dólar ruim", ou seja, aquele obtido às custas de dívida interna caríssima.

O Prof. Dércio concluiu sua fala concordando com os deputados e mostrando que o recente aumento nas reservas cambiais é uma ilusão, e que as altas taxas de juros resultam de uma política que somente visa o controle da inflação, quando uma política econômica autêntica deveria visar o crescimento e emprego. Mostrou que as altas taxas de juros oferecidas pelo governo nos títulos da dívida acaba provocando as altíssimas taxas de juros dos empréstimos bancários a pessoas e empresas.

Por isso, destacou que, para haver uma queda nas taxas de juros, a primeira coisa a fazer é o governo parar de ofertar títulos a taxas altíssimas, e ainda denunciou que as taxas de juros estabelecidas pelo Banco Central são aquelas projetadas pelo mercado, e que são curiosamente aceitas pelo BC.

Por fim, lamentou que o governo atual é frágil para enfrentar o mercado, e por isso prefere estender o "tapete vermelho" para os especuladores, entregando ao Banco Central o controle das decisões de política econômica.

## **Economista critica política de reservas cambiais do Brasil**

**Agência Câmara - 25/11/2009 21:48**

Brizza Cavalcante



No início do debate, Munhoz fez uma exposição sobre o endividamento do País.

O economista Dércio Munhoz, ouvido nesta quarta-feira (25) pela CPI da Dívida pública, condenou a política do Banco Central e o atual nível de reservas cambiais do País, de cerca 215 bilhões de dólares.

Os investidores estrangeiros, explica Munhoz, aplicam o dinheiro no Brasil para especular com os juros altos praticados pelo país. Para conter a oferta da moeda americana, o Banco Central compra dólares. Quando o BCl não tem dinheiro para comprar esses dólares, continua o o economista, ele emite títulos do Tesouro Nacional pagando juros elevados. "Então quem paga a conta? Ora, é o Tesouro que paga a conta para recolher dólares que entram demais porque ele põe juros elevados. Então, é um negócio criado por ele mesmo", critica.

Segundo Dércio Munhoz, que também é professor da Universidade de Brasília, isso ocorre desde 1998, quando o governo Fernando Henrique Cardoso criou uma regra que obrigava o Tesouro a cobrir as perdas do Banco Central, que eram de R\$ 15 bilhões.

O economista afirmou que o governo FHC não apenas cobriu as dívidas, como autorizou o Banco Central a pegar títulos do Tesouro e a vendê-los a juros elevados, pagos pelo próprio Tesouro. Para Dércio Munhoz, o Banco Central ficou sem controle nenhum, não justifica o que faz, e quem paga a conta é a sociedade, por meio de impostos.

### **Confiabilidade**

O deputado Ivan Valente (Psol-SP), que solicitou a audiência, corroborou as preocupações do economista. Segundo ele, a audiência reforça a importância da CPI. "Porque num País tão carente como o nosso, com necessidade de investimentos profundos, na infraestrutura, na educação, na saúde, não se discute o mecanismo pelo qual o Brasil é espoliado escancaradamente, que é através da sua política econômica de compra de confiabilidade internacional junto aos mercados?", questiona.

Para Ivan Valente, o principal fator da confiabilidade do país tem sido o mecanismo da dívida pública brasileira. O parlamentar disse ainda que o Brasil tem feito o pagamento de juros, amortização e rolagem da dívida pública por meio da emissão de títulos remunerados com a maior taxa de juros do mundo.

## **Autonomia**

Propostas de autonomia total para o Banco Central também foram criticadas durante a audiência. Para o economista Dércio Munhoz, o Banco Central quer fixar em lei uma regra que garanta sua autonomia, para que ninguém possa mudar sua política financeira.

Na opinião do deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR), o Brasil não deve dar autonomia completa ao Banco Central. Ele defende que o governo administre a macroeconomia do País.

Reportagem - Paulo Roberto Miranda/Rádio Câmara  
Edição - Natalia Doederlein